E, por último, agora fechando, minha querida presidenta, deputada Edna Macedo, eu quero dizer que, enfim, eu não tenho problema em alguém querer ser militar, mas ter escola cívico-militar, eu sou contrária, e está vindo para esta Casa um PL para acontecer isso. Vai na contramão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nós temos que ter o fortalecimento, uma sólida formação básica para que, depois, o menino, se quiser ser militar, se quiser ser professor, se quiser ser o melhor dos garis, mas ele teve a sólida formação básica. Por isso é que eu tenho esse posicionamento.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Artigo 82. Vou falar pela liderança.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Pois não, deputada Ediane. É regimental. Tem V. Exa. cinco minutos.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - PELO ART. 82 - Muito obrigada, Sra. Presidenta.

Continuando aqui, nós não iremos esquecer sobre o que aconteceu no desastre do dia 19 de fevereiro de 2023. Não esqueceremos, porque no dia 19 de abril de 2023 tivemos um ato público na Barra do Sahy, organizado pela Comissão dos Atingidos para cobrar atitudes do poder público.

No dia 31 de maio de 2023, uma audiência pública realizada pela Comissão de Habitação da Alesp, com a presença dos atingidos. No dia 31 de agosto de 2023, uma reunião com o prefeito e encontro de deputados. Inclusive, eu estava lá, pela CPI, com os atingidos, para colher as denúncias. No dia 3 de dezembro de 2023 houve mais um ato contra a demolição de 900 casas na Barra do Sahy.

E, de novo, em 13 de dezembro de 2023, o povo fez mais um protesto contra as demolições. No dia 16 de dezembro, foi realizada uma grande reunião pública para tratar das demolições e da mobilização. Além disso, aqui pela Casa, enquanto militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e agora deputada estadual, fiz diversas ações pedindo atuação do poder público, ação de transparência pedindo para que a Prefeitura de São Sebastião divulgasse os dados sobre os gastos dos recursos recebidos, mandado de segurança mandando aluguel social para as famílias dos atingidos, requerimento de informação sobre as medidas tomadas pelo governador do estado e pela prefeitura.

E, por isso, que tudo...primeiro, não podemos deixar que nenhum show, nenhum palanque roube do povo suas conquistas, as moradias entregues e os serviços do poder público, que ainda são poucos e insuficientes. São vitórias de todos aqueles e aquelas que lutaram.

Mais do que isso, não podemos deixar que esses poucos ganhos façam apagar a memória do que aconteceu. Não são 500 casas que vão resolver o problema da falta de moradia e da vulnerabilidade das casas por conta da crise climática.

Queremos saber, por exemplo, se o terreno onde foram construídas as casas do Baleia Verde vão continuar alagando, como alagou durante toda a obra. Queremos saber se as casas construídas em Maresias vão ser mesmo destinadas para as mães arrimo de famílias atingidas pela tragédia.

Queremos mais, queremos saber se as infraestruturas da escola, postos de saúde, sistema de água e esgoto vão ser totalmente recuperadas e melhoradas. Queremos saber se a população vai ser, de fato, chamada para construir coletivamente os projetos de regularização fundiária.

Queremos saber se de fato vai haver investimento na contenção dos efeitos e da crise climática. A falta de moradias e a questão de deslizamento precisam de investimentos muito maiores e que sejam feitos não só quando está toda a mídia de olho no que está acontecendo por ali. Por isso, temos o compromisso de continuar acompanhando e continuar olhando e pressionando o poder público.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

O SR. RUI ALVES - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Pela ordem, nobre deputado Rui Alves.

O SR. RUI ALVES - REPUBLICANOS - Queria suspender os trabalhos da sessão até 16 horas e 30 minutos, pela vice-liderança do Republicanos.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - É regimental. Estão suspensos os trabalhos até 16 horas e 30 minutos.

* * *

- Suspensa às 16 horas e 05 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 31 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Reaberta a sessão, Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à
ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Gil Diniz com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar da "Conservative Political Action Conference", a realizar-se no período compreendido entre os dias 21 e 29 de fevereiro do corrente ano, na cidade de Washington, sem ônus para este Poder.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Próximo requerimento. Também há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Rui Alves, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar do evento "Jogos do Futuro", a realizar-se no período compreendido entre os dias 26 de fevereiro a 3 de março do corrente ano, na Rússia, sem ônus também para este Poder.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre esta mesa requerimento da nobre deputada Valeria Bolsonaro, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar do Cosud, Consórcio de Integração Sul e Sudeste, a realizar-se no período compreendido entre os dias 29 de fevereiro e 2 de março do corrente ano, na cidade de Porto Alegre, a ser custeado via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa ainda também um requerimento da nobre deputada Ediane Maria, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar do debate público em torno da conjuntura política da Argentina e Brasil, a realizar-se no período compreendido entre os dias 28 de fevereiro e 3 de março do corrente ano, na cidade de Buenos Aires, sem ônus para este Poder.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco. V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *

- NR - A Ordem do Dia para a 1ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 21/02/2024.

* * *

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado líder do PL, Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, eu requeiro a V. Exa., após a breve comunicação do deputado Paulo Fiorilo...

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, da deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Boa tarde, Sr. Presidente. É que a gente está nessa luta aí dos professores demitidos e que também tiveram dificuldades de enfim terem aulas para si atribuídas.

E nós acabamos de conseguir uma liminar para que esses professores, veja bem o que está acontecendo, sou professora de educação básica I, tenho minha formação, deputado Carlos Cezar, mas se eu fizesse, sei lá, uma "lato sensu", e me inscrevesse, eu seria desclassificada.

A gente pediu uma liminar para considerar essa formação também. A juíza: primeiro não deu a liminar, depois ela reconsiderou e deu a liminar. Então acabamos de ter uma vitória importantíssima, que pode, aí, acertar a vida de milhares de professores, que alfabetizam as crianças nas escolas públicas do estado de São Paulo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, Professora Bebel.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, eu requeiro de V. Exa. o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 36 minutos.

* * *

20 DE FEVEREIRO DE 2024
1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO
RESUMO
ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão. Coloca em discussão o PR 02/24.
2 - TEONILIO BARBA
Discute o PR 02/24.
3 - DR. JORGE DO CARMO
Para comunicação, faz pronunciamento.
4 - PAULO FIORILO
Discute o PR 02/24 (aparteado pelo deputado Carlos Cezar).
5 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Tece comentários sobre a tramitação interna de projetos de lei de autoria dos deputados.
6 - CARLOS GIANNAZI
Discute o PR 02/24.
7 - EDUARDO SUPLICY
Para comunicação, faz pronunciamento.
8 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Encerra a discussão do PR 02/24. Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método de votação, de autoria do deputado Carlos Cezar, ao PR 02/24. Coloca em votação e declara aprovado o projeto, salvo emendas e partes destacadas. Coloca em votação e declara rejeitadas, destacadamente, as expressões "e.1) Divisão de Comunicação"; "e.3) Divisão de Comunicação Social e Eventos", constantes no art. 8º, inciso I; e incisos XXIX, XXX e XXXII do artigo 8º. Coloca em votação e declara rejeitadas as emendas 1 e 2, englobadamente, com pareceres contrários.
9 - CARLOS CEZAR
Para comunicação, faz pronunciamento.
10 - PAULO FIORILO
Para comunicação, faz pronunciamento.
11 - CARLOS CEZAR
Para comunicação, faz pronunciamento.
12 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
13 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à
ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 2, de 2024, de autoria da Mesa.

Em discussão. Para discutir a favor, com a palavra o deputado, 1º secretário desta Casa, Teonilio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, André do Prado, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela Rede TV Alesp, trabalhadores aqui da Casa e trabalhadoras, eu me inscrevi porque esse é um projeto nosso, da Mesa, Projeto de resolução, que, diante da nova Lei de Licitações, nós tivemos que alterar o funcionamento da Casa.

O projeto trata de atualizar, diante da nova Lei de Licitações, mas também diante da LGPD, Lei Geral de Proteção de Dados, além do que nós avançamos no projeto em conquistas nesta Casa, a melhoria do projeto, deputado Eduardo Suplicy. Então eu me inscrevi para isso, porque eu acho que é um projeto que eu acho muito importante nós aprovarmos.

Se não aprovarmos esse projeto, a Casa para porque, diante da nova Lei de Licitações, uma lei federal, todas as assembleias do País têm que se ajustar a essa nova Lei de Licitações.

Eu deixei no grupo da bancada e pedi para distribuir para todos os deputados uma síntese que nós fizemos do projeto, nossa assessoria da Mesa, o Genilson Silva Santos, o Dr. Airton Germano, o Murilo, o João, chefe de gabinete da Presidência, e pedimos para que fosse distribuída para que todos os deputados pudessem ter ciência de como era antes e como vai ser agora.

Então, o que acontece? A nova Lei de Licitação não pode deixar tudo segregado em um local. Antes era assim como funcionava esta Casa, estava tudo segregado na SGA.

Agora não, tem que "departamentalizar" alguns setores como área, coordenação de licitações, coordenação de zeladoria, coordenação de patrimônio. São várias coisas que o projeto vai ajustando.

Além do que o projeto ainda traz uma conquista. Por exemplo, a licença-paternidade dos trabalhadores desta Casa era uma licença-paternidade de cinco dias, conforme reza a Constituição Federal.

Então nós atualizamos para vinte dias. Isso é um avanço para quem se tornar pai nesta Casa, as mulheres já têm o avanço da licença-maternidade, então para os homens também terem um avanço desse ponto de vista do projeto.

Além do que nós vamos trabalhando com várias coisas de coordenação de compras, segurança da informação, que é a questão da LGPD, a governança da Casa, para que fique mais claro para todos os deputados, deputadas e assessorias. Nós vamos pedir para que esse trabalho também seja replicado com todo esse nosso povo.

A licença-paternidade de cinco para vinte dias. A idade do auxílio-creche, que aqui nós pagávamos errado, era até três anos de idade, atualizamos para seis anos de idade, que é como funciona hoje, então é outro avanço.

Também o ILP, o Instituto Legislativo Paulista, vai ter agora um coordenador definitivo, para todo mundo saber a quem se dirigir para poder coordenar os cursos que nós fazemos e parcerias com várias universidades, com USP e com outras universidades.

Esse é um Projeto de resolução da Mesa. Foram vários debates entre a nossa assessoria, entre mim, o presidente e o 2º secretário, até a gente chegar a um texto de consenso na Mesa. Então nós fizemos questão de tratar dessa seguinte maneira, fundamentando todas as diretrizes estratégicas para a área administrativa melhorar.

Na Casa aqui - vocês perceberam agora, no recesso, quem estava aqui trabalhando -, ficou insuportável a questão do ar condicionado, inclusive neste plenário. Problema de chuva, até no subsolo encheu de água aqui. Então, nós estamos trabalhando para corrigir isso.

A internet desta Casa é muito deficiente. Nós também estamos trabalhando para que seja corrigida essa questão da internet, para que os deputados possam ter um bom trabalho; não só os deputados, mas os trabalhadores efetivos desta Casa, as trabalhadoras, os prestadores de serviço e os comissionados.

Então, essa é a ideia geral do projeto. Eu quis fazer uma fala muito rápida em nome da Mesa, porque achamos que é importante, toda vez que a gente avança em conquistas, a gente não só aprovar o projeto no comando que o presidente dá, mas também deixar esclarecido para todos os presentes aqui.

Então, Sr. Presidente, é dessa maneira que nós estamos trabalhando para melhorar a gestão de pessoas aqui na Casa. Lá atrás, vocês lembram que nós adotamos a cartilha comportamental, em função dos problemas que estavam tendo aqui na Casa.

Na cartilha, participaram os 94 gabinetes; foi feita, dirigida, coordenada pela Mesa Diretora da Casa, mas foi tomada a opinião de todos os deputados e, principalmente, das 25 deputadas mulheres desta Casa.

Então, são várias atividades que nós vimos fazendo nessa legislatura, no exercício dessa Mesa. Por exemplo, realizamos plenária com boa parte dos servidores para tratar da questão da LGPD, a Lei Geral de Proteção de Dados.

Fizemos a plenária para poder tratar da cartilha comportamental, para que todo mundo adote aqui um comportamento de combater qualquer tipo de preconceito, qualquer tipo de discriminação.

Nós não podemos permitir que no segundo maior Parlamento da América Latina a gente continue deixando acontecer essas coisas aqui dentro. Então, presidente, em nome da Mesa, queria agradecer muito e agradecer a todo o Colégio de Líderes, onde ninguém botou nenhum óbice.

Apresentaram duas emendas, nós indicamos a rejeição das emendas. Uma delas tratava da questão da GED, e quero até esclarecer isso, porque o sindicato me procurou, falei: "olha, a questão da GED é uma gratificação por desempenho.

Se eu estou num setor e tenho GED, quando eu saio daquele setor e vou para outro, eu só posso entrar na regra de receber a GED novamente naquele outro setor depois de três meses naquela nova função. Ela é uma gratificação por desempenho. Se eu não tiver um bom desempenho, quem é que diz que eu vou ter um bom desempenho nesse novo setor?"

Então, nós orientamos a rejeição dessa emenda. Eu dialoguei com o sindicato sobre isso, entenderam. Porque nós queremos dar aqui a melhor gestão que essa Mesa possa dar para os deputados e deputadas desta Casa, mas também para todas as trabalhadoras e trabalhadores e todos os prestadores de serviço, fazendo investimento aqui na Casa, na melhoria do vestiário dos prestadores de serviço.

Então, nós estamos fazendo várias atividades para garantir que esta Casa tenha um bom funcionamento, dando sequência aos trabalhos feitos pelas Mesas anteriores. Então, nós estamos fazendo isso.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, deputado Barba. Parabéns pela explanação do nosso projeto de lei da Mesa.

Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Paulo Fiorilo, líder do PT.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Antes de o líder da nossa Federação se dirigir, o senhor permite uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Sim. Vossa Excelência tem dois minutos para uma comunicação.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje basicamente é o primeiro dia deste Parlamento aqui neste ano legislativo de 2024. Após o carnaval, os trabalhos estão retomando aqui; não diria que estão começando, mas retomando.

Sr. Presidente, queria dialogar com Vossa Excelência. Desde o ano passado, a gente vem na tentativa, na insistência de os deputados e deputadas terem projetos aprovados aqui neste plenário. Mesmo porque penso, Sr. Presidente, que dentre as atribuições dos deputados e deputadas uma das principais, senão a principal, é legislar.

Por isso esse poder se chama Poder Legislativo. Mas penso que, desde o ano passado, a gente tem apresentado, junto ao coordenador dos projetos, deputado Vinicius Camarinha, sugestões para que sejam aprovados projetos nossos. Eu quero dizer que não tenho logrado êxito.

Quase todos os projetos que eu apresento têm resistência, tem óbice. Então fica difícil! Tudo o que o deputado apresenta aqui, tem um óbice de uma bancada, de outra bancada, que eu tenho o maior respeito. Até porque, se tem óbice, a gente discute aqui, debate neste plenário.

Então, eu queria que V. Exa... Eu sei que V. Exa. tem tratado esse assunto, com os líderes, no Colégio de Líderes. Mas, por exemplo, eu já apresentei quatro projetos, só para essa tentativa de consenso, para ter um ou dos projetos aprovados. Mas até agora não logrei êxito com isso.

Por isso que eu reitero o pedido, Sr. Presidente, para que tenha um esforço de Vossa Excelência. Eu sei que V. Exa. já fez isso e está fazendo. Mas, junto com os líderes, para que nós possamos, nas próximas sessões, a gente ter projetos, de autoria de deputadas e deputados, aprovados neste plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então, dando sequência, nosso orador na tribuna vai discutir a favor. Com a palavra, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, só pela oportunidade, com o Dr. Jorge, que trouxe um tema que foi discutido no Colégio de Líderes.

Acho que é importante inclusive dizer que há um esforço grande para tentar avançar na aprovação dos projetos dos deputados que ainda não tiveram os seus projetos aprovados. Óbvio que não é fácil. Porque a gente entrou agora na fase dos últimos 31 deputados que precisam ter projetos aprovados.

Há um esforço, tanto do PL, como do Republicanos, como da Federação, para tentar ver se a gente chega a consensos o mais rápido possível, por dois motivos. Primeiro, porque o deputado precisa ter um projeto aprovado. É inadmissível um legislador não ter pelo menos um, já com um ano. Segundo, porque nós precisamos dar o segundo passo, para ter o segundo projeto aprovado.

Esse é o grande desafio que está colocado. Hoje a gente tratou disso. Eu espero, tanto do PL como dos outros partidos, que a gente possa avançar para construir esse consenso e ter projetos aprovados.

Aquele que não tiver consenso, nós vamos ter que enfrentar o debate, ou no Congresso de Comissões, e quiçá, se a gente conseguir, aqui no plenário. Então, só para poder aproveitar, porque é legítima a observação que o senhor fez. Até porque são vários os deputados que não tiveram projetos aprovados. Desculpe, Sr. Presidente. Só para fazer essa referência, antes de poder entrar no...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Isso é muito importante, deputado Paulo. Inclusive, o deputado Carlos Cezar vai pedir um aparte, para comunicar que, por parte da liderança do PL, também foi tirada a obstrução. E nós pretendemos, amanhã, votar, Dr. Jorge do Carmo, cerca de 15 a 20 projetos, as urgências, para, na semana que vem, nós tirarmos mais 20 projetos da frente.

Logo em seguida, aqueles projetos que não têm consenso, nós estaremos votando urgência e Congresso de Comissões. Cabe ao deputado fazer o convencimento das pessoas que participam do Congresso.

Depois da aprovação no Congresso, no plenário. Não garantindo a aprovação, porém, garantindo a discussão. Para a gente poder continuar avançando, como o deputado Paulo Fiorilo colocou, no segundo projeto, para ser aprovado, por esta Casa, dos Srs. Deputados.

É um compromisso nosso, desta Casa, da valorização do mandato do parlamentar. Compromisso este que nós assumimos nesta Presidência. Trabalharemos muito neste ano, para votar o máximo de projetos possíveis, de iniciativa do Poder Legislativo.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Eu queria pedir um aparte ao deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT – Claro.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Apenas para dialogar com V. Exa., e me somar às palavras, no sentido do esforço do presidente desta Casa, no sentido de se dar a aprovação de projetos de deputados. É uma luta legítima de cada um de nós.

Nós temos cerca de 31 parlamentares que não tiveram projetos aprovados ainda. Houve uma lista, que foi passada no Colégio de Líderes hoje, com 19 parlamentares, que ainda não tiveram e que podem ter esses projetos, amanhã, votadas as suas urgências. Depois, indo ao Congresso, depois, sendo votados no plenário.

A bancada do PL já se reuniu agora nesta tarde, e nós liberamos todos os projetos, um projeto de cada deputado. É lógico que tinha alguns deputados que tinham dois ou três projetos; nós liberamos aquele projeto que a bancada aprovava.

Ou seja, nós estamos avançando, deputado Jorge do Carmo, e muito. Penso que nós devemos fazer esse esforço contínuo. Ainda conversava há pouco com V. Exa. e com o deputado Luiz Claudio Marcolino, e também com o deputado Gilmaci, da bancada do Republicanos, sobre alguns projetos.

Acho que podemos fazer esse esforço semanalmente e debatermos agora os próximos quatorze. Levamos às bancadas, deliberamos com as bancadas e aí sim trazemos ao Plenário, semanalmente, votando projetos de deputados, o que é um grande avanço. Podemos chegar ao fim deste semestre com todos tendo um projeto votado e já iniciando esse próximo ano com pelo menos um ou dois de cada parlamentar.

É isso, agradeço a V. Exa. pela cessão do aparte.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Paulo Fiorilo, como nós avançamos no seu tempo nessa discussão, se for necessário, terá mais um tempo remanescente para a discussão.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Fica tranquilo, Sr. Presidente, até porque vou usar menos do que o meu tempo.

Só para concluir, eu acho que é assim: esse é o primeiro desafio que acho que a gente precisa vencer, até para que os 31 a que o senhor fez referência tenham um projeto aprovado. Tem um segundo desafio, que trata da sanção, que acho que é uma das coisas mais difíceis que a gente tem, mas que acredito muito que a gente poderia avançar em um diálogo com a liderança do Governo.

Eu passei já por experiências em parlamentos em que, sim, isso era possível. O governo podia - e pode - dizer: "Olha, esse projeto a gente tem condições de sancionar. Esse não".

Você escolhe: quer o veto, leva o veto; quer a sanção, fica com a sanção. Agora, isso pressupõe um esforço, pressupõe uma decisão do governo de abrir o debate. Acho e sou um otimista. Quem sabe a gente avance e possa ter projetos do deputado Dr. Jorge, Valdemar, todo mundo aqui, senão a gente não tem condições...

Olha, eu tenho uma lei. Eu estou aqui há cinco anos e posso dizer que tenho uma lei, que diz respeito à vacina da Covid, mas ela só se realizou porque havia interesse do Governo do Estado em aprovar, e não virou uma lei minha, virou uma lei da Casa, mas não tem problema, eu já me dou por satisfeito.

Sr. Presidente, eu queria rapidamente tratar do PR 02, de 2024, para fazer duas observações: a primeira diz respeito à iniciativa que a Casa toma, que a Mesa toma de avançar em temas importantes.

Acho que o projeto traz inovações em várias áreas, mas queria deixar aqui, deputado Barba, presidente André do Prado, o desafio de ainda podermos avançar em outros temas importantes da Casa.

Nós temos condições de buscar experiências em outros parlamentos, aqui no Brasil, do Parlamento Federal, dos parlamentos estaduais, para que a gente possa, cada vez mais, melhorar o funcionamento da Assembleia, tanto do ponto de vista do trâmite, mas principalmente, deputado Barba - e eu sei que essa é a sua principal preocupação -, com relação aos servidores. Uma Casa, para funcionar bem, precisa ter servidores qualificados, bem remunerados, com condições de serem suporte para aquilo que precisamos aqui.

Então, uma das preocupações que levantei - e inclusive falei isso para o deputado Barba e para outros - é como a assessoria da Casa pode contribuir na avaliação de projetos, na sugestão e na elaboração de pareceres, para que a gente possa ter mais qualidade, até para poder avançar na aprovação de projetos e na sanção desses projetos.

Esta Casa tem a capacidade, pelo nível dos deputados, pelo acúmulo dos deputados, de apresentar projetos de qualidade; o que precisamos é criar consensos e garantir e sensibilizar o estado, o governo, para que possa aprovar.

Hoje me perguntaram: por que o governo não sanciona projetos, não regulamenta projetos? Às vezes ele aprova, o Governo sanciona, mas não regulamenta. Eu tenho certeza de que aqui devem ter deputados com mais mandatos do que eu que devem ter projetos pendurados até hoje, sem regulamentação. Estou certo ou estou errado, deputado Enio? Deputado Barba?

Então, esse é outro problema gravíssimo. O deputado milita, se esforça e aprova o projeto. Ele é sancionado. "Pô, sancionei, agora ele vai funcionar." E não funciona. Então, acho que a gente precisa mudar essa lógica. Então, esse Projeto de resolução pode avançar.

Como eu vinha dizendo, a preocupação do senhor com os servidores. Eu acho que é preciso olhar para os servidores buscando pensar uma tabela de cargos e salários, de progressão, de evolução na carreira. Isso incentiva os trabalhadores a se capacitarem, a buscarem uma nova capacitação, buscar cursos.